

Sistemas de espaços livres e esfera pública na metrópole contemporânea: o caso da Região Metropolitana de Campinas

Eugenio Fernandes Queiroga, Prof. Dr. da FAUUSP e Pesquisador do CNPq

Resumo

Os processos de segregação sócio-espacial na Região Metropolitana de Campinas são mais complexos que na metrópole industrial tendo em vista sua inserção na megalópole do Sudeste Brasileiro. Observa-se enorme ineficácia da legislação no controle da expansão urbana. O sistema de espaços livres públicos apresenta distribuição desigual no espaço metropolitano e no município sede, com problemas de carência e de ociosidade, de qualidade e quantidade. Na metrópole campineira existem apenas fragmentos dispersos de matas nativas, mas as Áreas de Preservação Permanente, rurais e urbanas, tendem a estabelecer um sistema mais conectado com razoável desempenho ambiental, inclusive com efeitos positivos para a drenagem urbana. A urbanização contemporânea, fragmentada e de baixa densidade, onde predominam loteamentos fechados e condomínios residenciais - horizontais e verticais -, condomínios industriais e grandes equipamentos ligados ao setor terciário – do comércio aos serviços de alta especificidade, de complexos penitenciários aos centros de pesquisa de alta tecnologia - implicam em intensa mobilidade cotidiana, altos custos econômicos, sociais e ambientais, com fortes consequências para a esfera pública, gerando novas formas de sociabilidade com diferentes graus de restrição.

Abstract

The processes of social-spatial segregation in the Campinas metropolitan region are more complex than the industrial metropolis because of its inclusion in the megalopolis of the Brazilian Southeast. The legislation to control urban sprawl is very inefficient. The system of open public space presents unequal distribution in the metropolitan area, with problems of deprivation and idleness, quality and quantity. In the Campinas metropolis, there are only fragments of native forest, but the permanent preservation areas, rural and urban, tend to establish a system more connected with reasonable environmental performance, including positive effects on urban drainage. The contemporary urbanization, fragmented and low density, predominantly with

condominiums closed – horizontal and vertical, residential and industrial – and large spaces of tertiary sector – the trade services of high specificity, the prison complex to the research centers of high technology – imply intense daily mobility, high economic, social and environmental costs, with consequences for the public sphere, generating new forms of sociability with different degrees of restriction.

Palavras chave

metrópole contemporânea, sistema de espaços livres, esfera pública

Key words

Contemporary metropolis, open space systems, public sphere

Introdução: a metrópole campineira e sua inserção na Megalópole do Sudeste

A Região Metropolitana de Campinas, com sua densa rede de auto-estradas, tornou-se importante localização de atividades do terciário superior que migraram da Região Metropolitana de São Paulo. Este processo de deslocamento espacial, acelerado nas últimas décadas, configurou um novo e extenso território “*continuum*” urbanizado, heterogêneo, complexo e polinucleado denominado de Megalópole do Sudeste do Brasil (QUEIROGA, 2008).

O território megalopolitano estende-se, grosso modo, entre o Rio de Janeiro e Ribeirão Preto e define, efetivamente, uma nova entidade urbana, que transcende o conceito de “macrometrópole” (SOUZA, 1978). De fato o processo de megalopolização teve sua origem na formação da macrometrópole paulista, porém desde a década de 1990 fica claro que não se tratava mais de simples expansão da metrópole paulistana para um território mais vasto (a macrometrópole), mas da formação de uma rede urbana mais complexa, polinucleada, mais fluída e integrada.

A Megalópole do Sudeste Brasileiro se constitui na mais importante concentração urbano-industrial da América Latina com PIB maior do que o de qualquer país da América do Sul, salvo evidentemente, o do Brasil. Do ponto de vista demográfico, a Megalópole do Sudeste também se destaca, englobando as duas mais importantes metrópoles do país, concentra uma população de cerca de 45 milhões de habitantes (IBGE, 2009), inferior, na América Latina, apenas à população da Colômbia, México e Brasil.

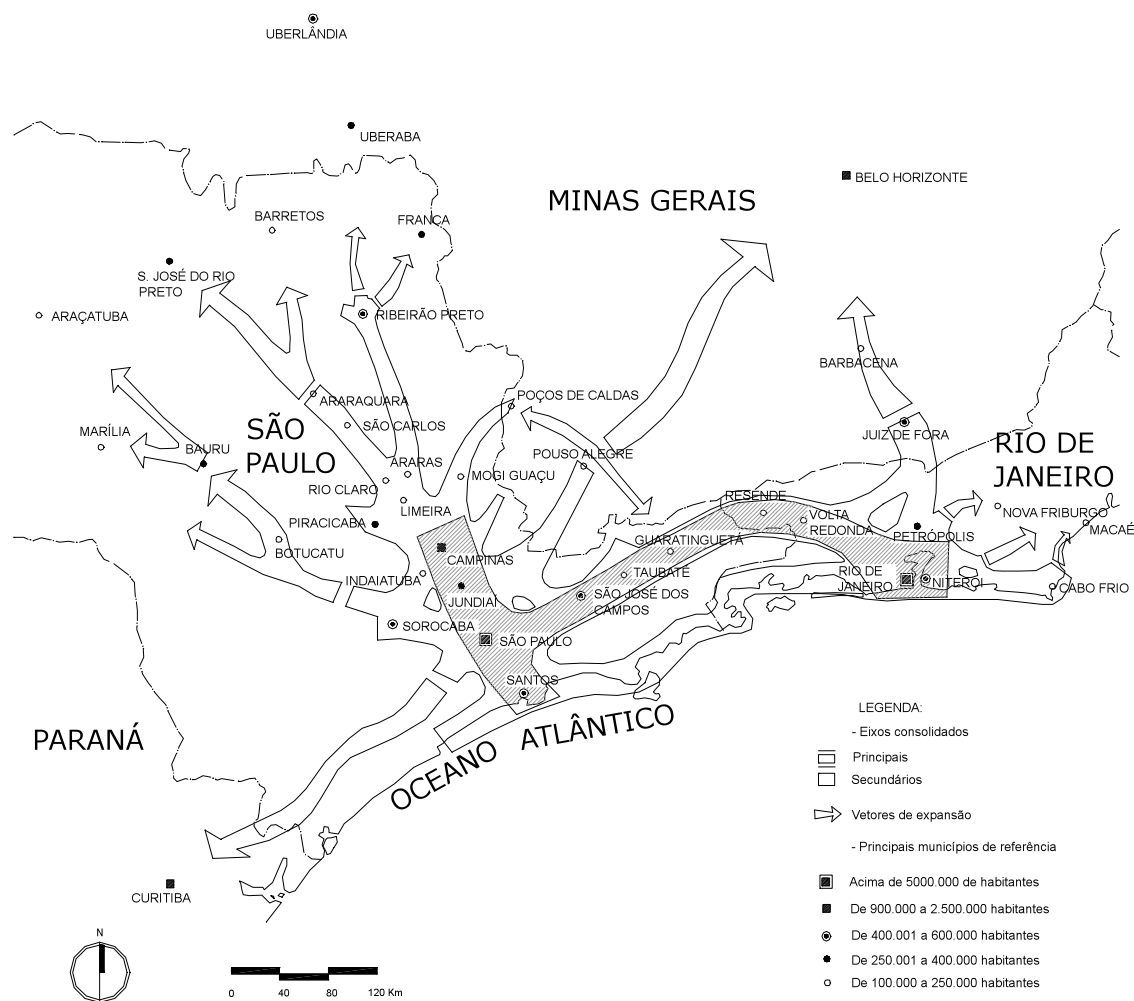


Fig. 1. A Megalópole do Sudeste do Brasil: eixos de estruturação e vetores de expansão (fonte: QUEIROGA, 2008)

Maior pólo de uma rede urbana constituída no interior paulista com o advento da economia cafeeira do século XIX, Campinas possuía, a partir do último quartel do século XIX, o maior entroncamento ferroviário do estado de São Paulo, anterior ao da capital. Com o declínio do transporte ferroviário, nos anos 1950, e a rápida ascensão do transporte rodoviário, Campinas passou a contar com importante sistema de rodovias, consolidando-se, novamente ali, desde os anos 1980, o segundo mais importante entroncamento de rodovias expressas de São Paulo, atrás apenas da metrópole paulistana. Criava-se no território campineiro e em seu envoltório as condições infra-estruturais, econômicas e demográficas para o estabelecimento de uma rede urbana que assumiria paulatino caráter metropolitano.



Figura 2. A urbanização da Região Metropolitana de Campinas e os sistemas de circulação.
(Desenho: QUEIROGA ,2007).

Neste processo de difusão industrial e de serviços por amplo território, a Região Metropolitana de Campinas – RMC - foi oficialmente instituída em 2000. Como resultado da consolidação urbano-industrial de Campinas e seu entorno, a região é o principal centro do país nos setores industriais e de pesquisa nas áreas de informática e de telecomunicações. Contribuíram para isso: ótima rede de estradas de rodagem; aeroporto internacional com o maior movimento, em valor, de cargas do país; capacitação técnica e científica vinculada a vários centros de pesquisa estabelecidos em Campinas.

A notável difusão industrial pelo interior paulista, conjugada a um avanço tecnológico na agricultura, permitiu índices médios bastante elevados de qualidade de vida urbana. Nos últimos dez anos do século passado, no estado de São Paulo, houve forte declínio nos postos de trabalho do setor secundário e ascensão do setor terciário.

As duas maiores taxas de elevação no nível de emprego no setor de serviços se deram em municípios com renda *per capita* relativamente mais elevada (Campinas e Ribeirão Preto), que se constituem, há mais de século, em importantes núcleos de comércio e serviços, em pólos de regiões administrativas de atividade agrícola fortemente capitalizada e hoje, em importantes núcleos da Megalópole do Sudeste.

A expansão da megalópole - função inicial da dispersão da produção industrial e do fortalecimento de núcleos de atividades do terciário superior - envolve, de forma complementar, extensas áreas voltadas ao lazer das camadas de renda média e alta.

Neste quadro ampliado dos espaços de produção e consumo, vai se verificando a continuidade do processo de expansão territorial da megalópole ao longo dos principais eixos rodoviários que irradiam, principalmente, da capital paulista, mas não só dela, estruturando uma configuração territorial mais complexa. Tal como na fase inicial (macro-metropolitana), o processo não se dá igualmente em todas as direções, mas confirma e privilegia os vetores que passam pelos principais núcleos urbanos das áreas em que já se vinha estabelecendo a macrometropolização paulista; articulando, agora, importantes municípios do Sul de Minas Gerais e, muito fortemente, o Rio de Janeiro.

O centro mais forte de atividades econômicas da Megalópole do Sudeste continua sendo a Região Metropolitana de São Paulo, embora as taxas de crescimentos (demográfico, de empregos no setor secundário ou terciário, do valor de produção, etc.) ali encontradas sejam menores que dos importantes centros urbanos da Megalópole situados em seu entorno.

A Região Metropolitana de Campinas, inserida neste contexto como um de seus núcleos estruturadores, apresenta-se como exemplar expressão do território megalopolitano. As auto-estradas ampliam a presença no território, cumprindo diversos papéis, do escoamento de produtos de exportação, vindos de outros estados ou ali produzidos, ao tráfego cotidiano de pessoas indo e vindo do trabalho, escolas, compras ou lazer. São verdadeiras “avenidas metropolitanas”, ainda que pedagiadas e compartilhadas com fluxos e escalas de conexão diferenciadas. Atualmente são também infovias, capacitando o território a cumprir novos papéis produtivos, informacionais e comunicacionais. Os fluxos na metrópole campineira são intensos e ainda se dão com grande eficiência, diferentemente do observado nas maiores

metrópoles da megalópole (São Paulo e Rio de Janeiro), onde os congestionamentos e as deseconomias trazidas pelo aumento da frota de veículos são cada vez maiores.

Cabe ressaltar, no entanto que a fluidez da RMC é bastante seletiva, apresentando custos e distâncias de deslocamento proibitivos aos mais pobres. O território fragmentado, segregado e pouco denso da Metrôpole de Campinas se coloca como mais um obstáculo ao pleno exercício da cidadania de significativa parcela de seus habitantes. (QUEIROGA, BENFATTI, 2007)

Também neste aspecto a RMC exemplifica dinâmicas sócio-espaciais que se apresentam na construção do território megalopolitano. A fragmentação das manchas urbanas é das maiores entre as metrópoles brasileiras, decorre dos perversos processos especulativos e de uma produção imobiliária onde os interesses privados dos empreendedores se sobrepõem ao interesse público. A conexão entre os novos tecidos urbanos se dá, via de regra, de forma indireta, através de rodovias e avenidas, e não por continuidade das malhas viárias, gerando, em grande parte, espaços fechados, de acesso controlado, sejam aqueles destinados a moradia (condomínios ou loteamentos fechados), ao trabalho (centros empresariais, centros de pesquisa, condomínios industriais) ao consumo-lazer (hipermercados e *shoppings centers*), ao estudo (escolas particulares e universidades com *campi* bastante afastados) ou mesmo à saúde (hospitais universitários em *campi* distantes, hospitais de referência internacional próximos aos primeiros e distantes da maioria da população). Enfim, para os possuidores de renda alta e vários automóveis não é difícil usufruir a Metrôpole de Campinas, porém não se pode dizer o mesmo para a população que depende do transporte coletivo.

Notas sobre o sistema de espaços livres da metrôpole campineira

A RMC apresenta sistema de espaços livres que integra e expressa suas formas de urbanização e suas atividades econômicas. A metrôpole se constitui a partir de mosaico de tecidos urbanos, nem sempre adequadamente conectados na escala intra-urbana. A heterogeneidade é sua característica principal. São várias as distinções produzidas por complexo de fatores que envolvem:

- a geomorfologia, grosso modo pode-se compartimentar a região em duas grandes unidades morfológicas: a norte e oeste de Campinas predominam as colinas amplas e médias, de base sedimentar, enquanto a nordeste e sudeste é forte a presença de morros e morrotes de contrafortes de serras cristalinas;

- a escala dos municípios integrantes da metrópole: desde municípios com menos de 15 mil habitantes (Holambra e Engenheiro Coelho), cidades com menos de 100 mil habitantes (Paulínia, Arthur Nogueira, Pedreira, Jaguariúna, etc.), passando por cidades médias entre 100 e 200 mil habitantes (Itatiba, Valinhos, Indaiatuba, Hortolândia, Americana e Santa Bárbara d'Oeste) e tendo Campinas com mais de um milhão de habitantes (estimativas do IBGE para 2009);
- a base econômica dos municípios: Holambra com economia fortemente ligada à produção de flores, Americana, Santa Bárbara d'Oeste e Nova Odessa com importante indústria têxtil, Paulínia com destaque nacional na área de petroquímica, Hortolândia, Jaguariúna, Indaiatuba, Americana e Sumaré apresentam base industrial diversificada e presença de setores de média e alta tecnologia (automobilística, farmacêutica, telecomunicações e informática) e Campinas, de economia diversificada, com relevância nacional na área de pesquisa e desenvolvimento tecnológico;
- a segregação sócio-espacial se apresenta de forma bastante complexa, na medida em que interagem as escalas municipal, metropolitana e megalopolitana, construindo um mosaico de tecidos urbanos e de valores imobiliários bastante heterogêneo. Ainda assim, muito estruturalmente, podemos identificar a maior presença de espaços ocupados pelos estratos de renda mais alta em loteamentos fechados no vetor sudeste, seguindo o eixo da rodovia Anhanguera (Valinhos e Vinhedo), no vetor leste, seguindo o eixo da rodovia D. Pedro I (Campinas, Valinhos e Itatiba), ainda em Campinas, no vetor nordeste, seguindo pela rodovia Adhemar de Barros e no vetor norte, no distrito de Barão Geraldo, por fim, há forte presença de residências de alto padrão no município de Indaiatuba, ao sul de Viracopos. Por outro lado, as maiores concentrações de bairros periféricos, com urbanização precária, se dão a partir de Campinas, no vetor sudoeste, oeste e noroeste, atingindo os municípios de Hortolândia, Monte-Mor e Sumaré, pelos eixos das rodovias Francisco Proença e Anhanguera (sentido noroeste);
- a desarticulação entre as legislações urbanísticas municipais não somente ignoram as relações metropolitanas bem como a possibilidade de criação de um sistema de espaços livres mais integrado, mesmo que em escala municipal. Mesmo o subsistema de espaços livres voltados à circulação veicular, sem dúvida o subsistema mais articulado, a atuação dos poderes públicos se fragiliza na medida em que surgem leis municipais (Indaiatuba, Valinhos e Vinhedo, por exemplo) que, desrespeitando a

legislação federal, permitem a implantação de loteamentos fechados, fragmentando ainda mais o tecido urbano.

Estes fatores levam a uma complexa estruturação dos tecidos urbanos e da paisagem metropolitana onde se sobrepõem e se destacam:

- novos empreendimentos verticais aos tecidos urbanos tradicionais (sobretudo nas áreas próximas ao centro de Campinas ou de Americana);
- urbanização fragmentada sobre áreas rurais (muitas intensamente produtivas, como em Holambra ou a sudeste de Campinas, outras bastante ociosas, como a oeste de Campinas ou a sul de Indaiatuba).



Figura 3. Municípios da Região Metropolitana de Campinas. Fonte: PMC, 2010.

O subsistema de espaços livres públicos

Na RMC o sistema de espaços livres públicos (subsistema do sistema de espaços livres) conta principalmente com os tradicionais elementos – rua, praça e parque – da cidade ocidental. São “bens de uso comum do povo”, assim definido pelo Código Civil brasileiro, tendo, ao menos em tese, franco acesso público.

A arborização viária é mais presente apenas nos bairros residenciais das camadas de população de melhor poder aquisitivo (para o caso campineiro vide Figura 4). Numa metrópole em clima tropical e de inverno marcado por fortes estiagens a falta de arborização viária impacta negativamente o micro-clima local. Este fato se agrava na medida em que são escassas as florestas nativas em todo o território metropolitano, decorrentes da devastação realizada no período da cafeicultura, já no século XIX e do aproveitamento agrícola verificado até hoje na maior parte das áreas rurais da RMC.

Muito embora as ruas sejam o principal espaço do convívio público cotidiano, não apenas falta maior arborização viária como as calçadas, via de regra, não são largas.¹ Nas áreas centrais, onde é maior a demanda de pedestres, são normalmente mais estreitas devido à urbanização mais antiga. Nos bairros periféricos mais pobres a não pavimentação dos passeios públicos é a regra, bem como em loteamentos fechados onde a largura das calçadas é satisfatória, porém seu ajardinamento bloqueia com frequência a circulação de pedestres, denotando mais uma forma de apropriação privada do espaço público.

A distribuição das praças e parques é bastante irregular, assim como seu nível de implantação e de manutenção. A lei federal de parcelamento do solo (6766-79) exigiu a existência de 35% de espaços públicos nos novos loteamentos sem discriminar qual a parcela destinada ao sistema viário, aos espaços livres de uso público e à implantação de equipamentos urbanos e comunitários. No caso da metrópole campineira, como sua expansão urbana maior se deu a partir da década de 1970, são expressivos os loteamentos que garantiram ao menos 10% de espaços livres públicos de uso público (convívio e lazer). É bem verdade que a maioria destas áreas não chegou a ser implantada, sobretudo nos bairros periféricos. De maneira distinta à situação da maioria das metrópoles brasileiras, na RMC estas áreas não

¹ A legislação de parcelamento do solo de Campinas impõe, desde a década de 1980, largura mínima de 14 m para as vias locais, com isto os novos loteamentos apresentam quase sempre calçadas de 3m de largura, situação razoável, mas considerada boa se comparada à média do que se encontra nas grandes cidades brasileiras.

foram tão ocupadas por favelas ou outros usos. Encontram-se vazias ou apropriadas de maneira intensa por campinhos de futebol precariamente instalados pela própria população. Neste último caso se constituem em importantes espaços da esfera pública do cotidiano habitacional.

Até a década de 1980, o número de parques urbanos era bastante reduzido na RMC, destacando-se o Parque do Taquaral (60ha) e o Bosque dos Jequitibás (10 ha) em Campinas como os de maior frequência, este último apresenta cerca um milhão de visitantes anuais.

Com o avanço da discussão sobre a temática ambiental, sobretudo após a promulgação da Constituição Federal em 1988, a valorização ainda que muito imprecisa das noções de “verde e meio ambiente”, “qualidade ambiental”, “qualidade de vida” e, mais recentemente, a ideologia da “sustentabilidade” vem servindo para mobilizar opinião pública e poder público para a implantação de novos parques.

Entre os anos 1990 e 2010 foram entregues à população da RMC dezenas de parques em todos os municípios, independentemente de seu porte, de Holambra a Campinas. Nos municípios de Indaiatuba, Jaguariúna e Paulínia foram feitos os maiores investimentos. São, sem dúvida, municípios de alto PIB per capita, porém não deixa de ser elogiável, na medida em que outras cidades de comparável padrão de renda não tiveram a mesma iniciativa.

Em Indaiatuba o Parque Ecológico, extenso parque linear, tornou-se o principal espaço público da cidade, ali se realizam desde as atividades mais comumente relacionadas aos parques tradicionais bem como os eventos culturais e políticos de maior expressão. Jaguariúna possui apenas 41 mil habitantes (IBGE, 2009), cinco parques urbanos e implanta, atualmente, parque linear não fluvial de 6 Km de extensão que pretende ser elemento estruturador do desenvolvimento urbano da cidade.

Na RMC é crescente o uso de parques, grandes praças e espaços livres lineares para a prática de atividades físicas. O convívio social também é digno de nota nestes espaços, ainda que outras práticas do tempo livre concorram com eles. Nos bairros de renda média e alta, mas de baixa densidade populacional (nas cidades médias e em Campinas), o uso público dos espaços livres se reduz bastante. No entanto, nas periferias, nas pequenas cidades e nos bairros verticalizados de renda média e alta a frequência das ruas e praças é bastante expressiva. É fundamental,

portanto, evitar frases generalizantes do tipo “declínio do homem público”. Para a RMC isto não se aplica indistintamente.

Os cursos d’água e suas margens apresentam na metrópole campineira diferentes situações:

- os maiores rios – Piracicaba, Atibaia, Jaguari e Camanducaia – apresentam, em seus trechos urbanos, margens relativamente protegidas, ainda que as matas ciliares sejam descontínuas e, por vezes, ausentes. A qualidade da água é satisfatória.
- os ribeirões e córregos urbanos estão em bom número comprometidos com o despejo de esgoto. Na primeira década deste século houve maiores esforços no tratamento de esgotos nos municípios médios e em Campinas. Suas margens se encontram em diferentes condições: desde completamente impermeabilizadas com o sistema viário (sobretudo nas áreas de urbanização mais consolidadas e antigas), até completamente abandonadas com a presença de mato e vegetação pioneira arbórea esparsa.

A continuidade dos espaços livres junto a maioria dos cursos d’água se constitui em importante potencial para ações futuras de qualificação do sistema de espaços livres. Atualmente o principal serviço ambiental que estas áreas propiciam é no retardo do escoamento das águas pluviais. De fato a RMC apresenta poucos problemas de enchentes se comparada à maioria das regiões metropolitanas do país, fruto, sem dúvida, de sua forma de urbanização mais esparsa. Mesmo tal serviço pode ser otimizado a partir de projetos adequados de parques lineares fluviais.

Além disto, é pelas áreas verdes junto aos cursos d’água que mais se verifica a entrada de mamíferos advindos das zonas rurais, enriquecendo a percepção urbana dos aspectos naturais do ambiente. Um plano de sistema de espaços livres que priorize a implantação de parques fluviais pode enriquecer, portanto, os serviços ambientais das margens de corpos d’água da RMC, contribuindo para a drenagem urbana, para a biodiversidade e percepção dos elementos naturais do ambiente, para o convívio e práticas de lazer públicas e para alternativas de mobilidade de baixo impacto ambiental (ciclovias, por exemplo) bastante viáveis no território metropolitano constituído em boa parte de colinas de declividades pouco acentuadas.

Além dos bens de uso comum do povo, merece destaque a presença de grandes espaços livres que integram propriedades públicas classificadas pelo Código Civil como “bens de uso especial”. Somente no município de Campinas, merecem destaque:

- o Aeroporto Internacional de Viracopos (1.377 ha);
- o Aeródromo dos Amarais;
- o *campus* principal da UNICAMP, Zeferino Vaz, no distrito de Barão Geraldo (300 ha);
- O Instituto Agronômico de Campinas (Fazenda Santa Elisa, 700 ha);
- o Centro Experimental Central do Instituto Biológico do Estado de São Paulo (Fazenda Mato Dentro);
- Unidades do Exército Brasileiro (Fazenda Chapadão e Fazenda Remonta, esta última, com área de 720 ha, conta com 180 ha em Valinhos);
- O Laboratório Nacional de Luz Sincontron (LNLS).

A Região Metropolitana de Campinas ainda conta com outros grandes espaços livres em bens de uso especial, sobretudo:

- o Complexo Penitenciário Campinas-Hortolândia (um dos maiores da América Latina, cuja área é maior que a do centro de Campinas);
- o Instituto de Zootecnia do Estado de São Paulo cuja área é de 822 ha (65% em Nova Odessa e 35% em Americana);
- a Embrapa Meio Ambiente, situada em Jaguariúna, com área de 45 ha.

Estes grandes espaços, muitas vezes tidos como “obstáculos à urbanização”, se constituem, por outro lado, em prestadores de serviços ambientais, por sua contribuição para a drenagem urbana e pela presença de remanescentes de matas. Poderão integrar com maior ênfase propostas de qualificação de sistemas de espaços livres, a despeito de terem acesso mais ou menos controlado em função de suas respectivas utilizações específicas, ou mesmo mudarem de destinação, como parece ser o caso, por exemplo, da Fazenda Remonta. O Exército já intencionou vendê-la, é necessário que as prefeituras de Campinas e Valinhos atentem para que sua futura ocupação potencialize os remanescentes de mata em prol da urbanização e viabilize sua articulação com demais espaços livres junto aos córregos que tem suas nascentes na fazenda.

O subsistema de espaços livres privados

O subsistema de espaços livres privados urbanos apresenta três principais categorias em função do parcelamento ou não do solo para fins urbanos:

- espaços livres em lotes (vazios ou ocupados);
- espaços livres condominiais;
- espaços livres em glebas (vazias ou ocupadas).

Na RMC os lotes vazios são mais frequentes nas áreas de parcelamento mais recentes, tais loteamentos ocupam ainda parcelas significativas da área urbana, uma vez que o processo imobiliário da região é dinâmico e altamente lucrativo (para o município de Campinas vide a Figura 4, cor rosa).

A presença de glebas vazias nas áreas urbanas decorre do processo fragmentado de urbanização, propiciado pela frágil legislação urbana dos municípios da RMC e pela alta mobilidade permitida pelas auto-estradas e pelos transportes sobre pneus, fazendo prevalecer os interesses dos capitais imobiliários locais e extra-locais e a lógica macroregional para a localização dos grandes equipamentos industriais, institucionais, comerciais e de serviços.

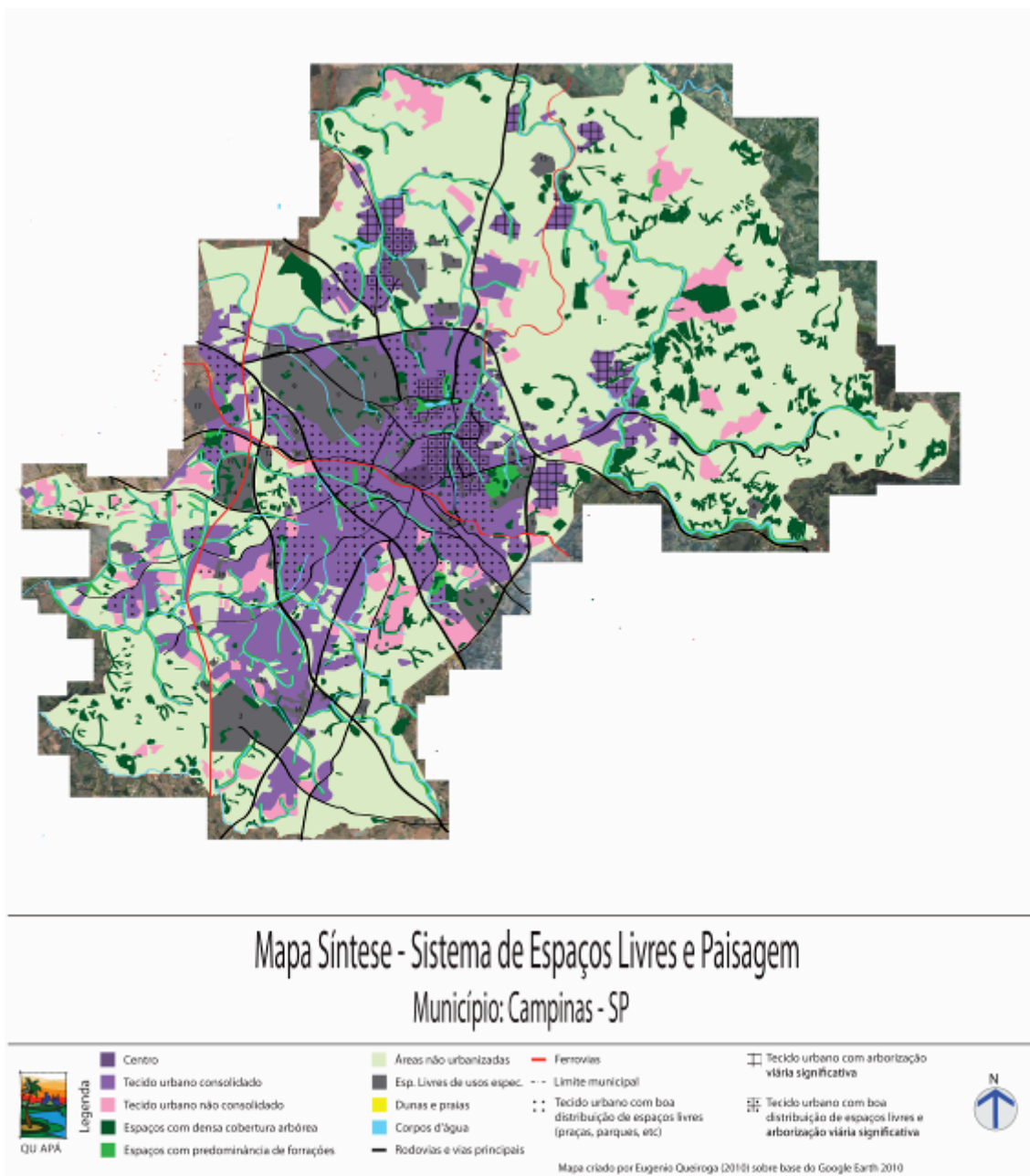
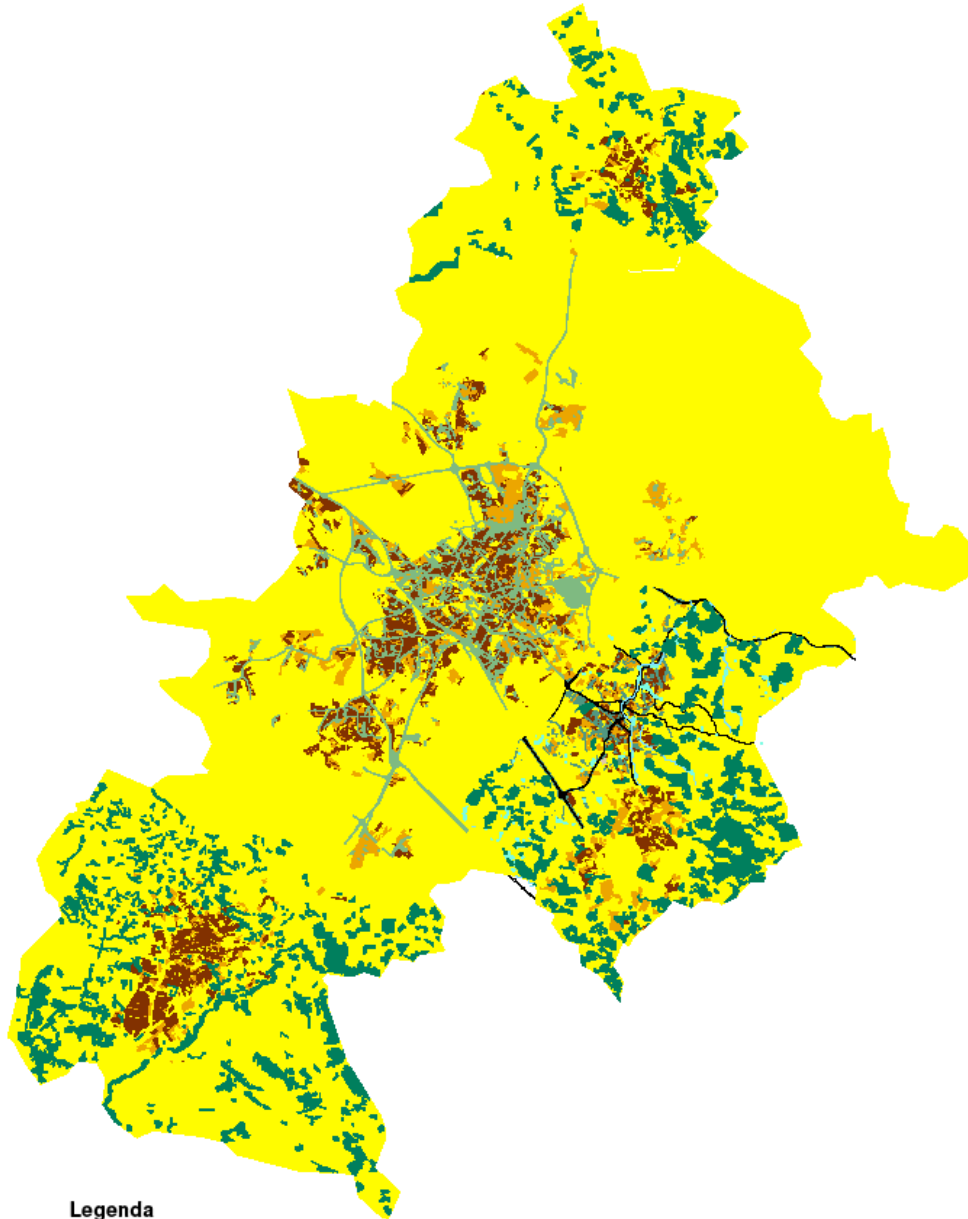


Figura 4. Mapa síntese sobre o sistema de espaços livres do Município de Campinas. Fonte: Lab QUAPÁ - FAUUSP, 2010.

Os espaços livres nos lotes urbanos ocupados se caracterizam, via de regra, por serem residuais diante da primazia dada as áreas edificadas. Em levantamento realizado no Lab QUAPÁ da FAUUSP observou-se que a maioria dos espaços livres intralote nos municípios pesquisados da RMC apresentam no máximo 50% de espaços livres, sendo muito freqüentes as áreas urbanizadas onde os espaços livres

privados não ultrapassam a 30% da área dos lotes. (para os casos de Campinas, Indaiatuba, Jaguariúna, Valinhos e Vinhedo vide Figura 5).

Campinas, Indaiatuba, Jaguariuna, Vinhedo, Valinhos- Espaço Livre Intraquadras



Legenda

- | | | | |
|----------------------------|-----------------------------|----------|-----------|
| 0%-30% de espaços livres | Parques, praças e canteiros | Rios | Cemitério |
| 30%-50% de espaço livres | Matas | Rodovias | |
| 50%-100% de espaços livres | Lagos | Ferrovia | |



0 1 2 4 6 8 Km



Figura 5. Mapa dos espaços livres intra-quadras. Fonte: Lab QUAPÁ – FAUUSP, 2010.

Os espaços livres condominiais variam em dimensão e qualidade de implantação em função do padrão do empreendimento e de sua destinação (residencial, comercial e industrial). Somente os condomínios residenciais de melhor padrão apresentam espaços livres superiores a 50% da área total do condomínio. Os condomínios comerciais e industriais possuem a maior parcela de seus espaços livres voltados à circulação e estacionamento de veículos, com alto impacto ambiental na drenagem e no micro-clima local.

A metrópole campineira, devido a sua forte dinâmica econômica e as poucas restrições ambientais para ocupação, apresenta grandes empreendimentos privados nos mais diversos setores. Em função da natureza do negócio – educacional, comercial, industrial, etc. – seus espaços livres apresentam maior ou menor grau de controle e restrição de acesso, maior ou menor impacto sócio-ambiental. Merecem destaque, por seu porte os seguintes empreendimentos:

- O Centro de Pesquisas e Desenvolvimento em Telecomunicações – CPqD – com 36 ha integra o Polo CEATEC II, uma região com 800 ha ainda bastante desocupada, voltada ao desenvolvimento tecnológico, mas, também, com previsão de usos residenciais e comerciais;
- No setor industrial há diversas fábricas de grande porte cuja taxa de ocupação não chega a 50%. Em Indaiatuba a Toyota possui uma área de preservação permanente – APP – de 20 ha, na mesma cidade a GM possui um campo de provas com 1200 ha; em Sumaré a fábrica da Honda situa-se em área de 170 ha, a Dell e a IBM possuem unidades de produção em Hortolândia em áreas de mais 40 ha, situações análogas encontram-se em Americana (Goodyear e RIPASA), Jaguariúna (AMBEV, Motorola e Compac), Cosmópolis (Usina Ester), Campinas (Bosch, Elektron, Lucent, Pirelli, Rodhia, Samsung, etc.), mas sem dúvida é o pólo petroquímico de Paulínia que mais impressiona pela dimensão (ali se encontra a maior refinaria do país);
- no setor comercial o destaque fica para os estacionamentos de estabelecimentos atacadistas, hipermercados e, sobretudo, dos grandes *shopping centers* nas proximidades das rodovias D. Pedro I e Anhanguera. O maior deles – *Shopping Parque D. Pedro* – possui 8 mil vagas de estacionamento e vários usos não previstos em sua extensa área asfaltada – do *footing* noturno na via interna lindeira à principal entrada do edifício ao *jogging* matinal no perímetro de seu estacionamento, passando

pela venda clandestina de bebidas no estacionamento, furtos, roubos e sequestros, entre outras práticas;

- os *campi* universitários privados, com maior destaque para os *campi* I e II da PUC-Campinas, mas também apresenta significativo espaços livre o *campus* da UNIMEP em Santa Bárbara d'Oeste.

Voltados especificamente ao lazer, merecem destaque pelo porte os seguintes espaços:

- parques temáticos: o mais importante é o Hopi Hari, entre os municípios de Itupeva e Vinhedo, com 40 ha, o maior é o Zoológico de Itatiba, localizado em uma fazenda de 240 ha e o mais curioso é o Cable Park, em Jaguariúna, para a prática de esqui aquático sem lanchas (com cabos);

- os diversos clubes de campo, hípicas e clubes de golfe possuem acesso muito restrito, mas prestam alguns serviços ambientais, contribuindo na drenagem e na conservação de alguns remanescentes de mata. Vale mencionar Indaiatuba, o principal centro de pólo equestre do país, com dois clubes e 40 campos em propriedades particulares, constituindo uma “ilha de alto luxo” a poucos quilômetros de loteamentos periféricos campineiros, entre eles, “em comum”, o Aeroporto Internacional de Viracopos;²

- os hotéis fazendas³ e algumas fazendas, nos distritos de Souzas e Joaquim Egídio (Campinas), que vem se abrindo para serviços diversos – do turismo às festas comemorativas. Tais fazendas guardam ainda a memória da cultura cafeeira do século XIX e leiteira do início do século XX, ampliando a relação entre o urbano e o rural em Campinas;

Na RMC há várias festas de “peão e boiadeiro”, são promovidas pela iniciativa privada. A segunda mais importante do estado de São Paulo é realizada em Jaguariúna em propriedade privada. Trata-se de evento urbano onde a cultura rural é “fagocitada” pela indústria cultural. Em Americana se realiza a terceira mais importante festa deste gênero, vale dizer que este município é dos mais urbanizados da RMC, sendo o segundo maior centro comercial da região e dos mais destacados pólos industriais.

² Em 2010 inaugura-se em Indaiatuba um centro equestre com capacidade para abrigar 400 cavalos de alto desempenho, alguns deles chegam a custar um milhão de euros. Por outro lado Indaiatuba ainda apresentava 6 % de sua população analfabeta e 8% recebiam no máximo um salário mínimo (IBGE, 2000).

³ Há hotéis fazenda nos seguintes municípios da RMS: Campinas, Holambra, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Valinhos, Vinhedo

Na metrópole campineira existem apenas fragmentos dispersos de matas nativas,⁴ quase todas em propriedades privadas, mas as APPs, rurais e urbanas, tendem a estabelecer um sistema mais conectado com razoável desempenho ambiental e efeitos positivos para drenagem urbana e fluxos gênicos.

Considerações finais

A urbanização contemporânea, fragmentada e de baixa densidade verificada na Região Metropolitana de Campinas, onde predominam loteamentos fechados e condomínios residenciais - horizontais e verticais -, condomínios industriais e grandes equipamentos ligados ao setor terciário – do comércio aos serviços de alta especificidade, de complexos penitenciários aos centros de pesquisa de alta tecnologia - implicam em intensa mobilidade cotidiana, altos custos econômicos, sociais e ambientais, com fortes consequências para a esfera pública, gerando novas formas de sociabilidade com diferentes graus de restrição.

A inserção regional da metrópole campineira na Megalópole do Sudeste lhe permite contar com ampla atividade econômica e mercado consumidor que, diante de sua excelente malha rodoviária, atinge raio de 250 km. Observa-se enorme ineficácia da legislação no controle da expansão (horizontal) urbana. Neste sentido a debilidade das municipalidades frente a interesses dos grandes capitais corporativos é maior do que nas metrópoles monopulares que tem como núcleos as capitais. Nestas “metrópoles capitais” a iniciativa dos governos estaduais, ou do distrito federal, na qualificação de espaços livres e nos meios de transporte costuma ser bem maior, ainda que seus investimentos também privilegiem o grande capital privado.

Os desafios que se observam na RMC para a qualificação de seu sistema de espaços livres são grandes e os instrumentos urbanísticos existentes não estimulam uma ação metropolitana. Na escala municipal, o avanço legal – estatuto da cidade e legislação ambiental – tem enorme dificuldade de ser aplicado diante do interesses dos agentes hegemônicos.

A qualificação dos sistemas de espaços livres depende, portanto, de uma melhor formação tanto das populações moradoras quanto dos quadros técnicos municipais. Só assim haverá condição de um debate público mais eficaz sobre o tema

⁴ Em Campinas a principal mata nativa é de propriedade pública: a Mata de Santa Genebra, com 252 ha. A Mata de Santa Genebra é tombada e é oficialmente uma unidade de conservação: Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE -.

envolvendo positivamente todos os agentes, sejam eles representantes do capital internacional ou de um bairro periférico. O processo é longo, envolve educar, mas não é utópico.

Referências bibliográficas

- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades@**. Disponível em <www.ibge.gov.br>, acessado em 23 de outubro de 2010.
- SOUZA, Maria Adélia. **Cidades médias e desenvolvimento industrial** – uma proposta de descentralização metropolitana. São Paulo: Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo, 1978.
- QUEIROGA, E. F. . A Metrópole de Campinas diante da Megalópole do Sudeste do Brasil. In: Maria Adélia Aparecida de Souza. (Org.). **A metrópole e o futuro**. Campinas - SP: Edições Territorial,, p. 119-135 , 2008.
- QUEIROGA, E. F. ; BENFATTI, Denio Munia . Entre o Nó e a Rede, dialéticas espaciais contemporâneas: o caso da Metrópole de Campinas diante da Megalópole do Sudeste do Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais** (ANPUR), v. 9, p. 41-52, 2007.